

Trunfos políticos na economia

Brasil

O MINISTRO Fernando Henrique Cardoso teve senso de oportunidade em suas primeiras declarações como titular da pasta da Fazenda. Tratou logo de descartar qualquer possibilidade de "soluções mágicas", enfatizando que o caminho a percorrer é o que está esboçado no programa econômico apresentado à Nação pelo presidente Itamar Franco e o ex-ministro Eli-seu Resende.

EMBORA seja identificado como um pensador de esquerda, Fernando Henrique cedo revelou, na carreira política, ser imune à força deformadora do radicalismo. Não foi por acaso que os meios empresariais e os mercados receberam com serenidade (em alguns casos, até com entusiasmo) a sua nomeação.

A SITUAÇÃO econômica do país ainda é bastante crítica, em face da massa de problemas acumulados; existem, no entanto, condições objetivas para se iniciar a recuperação. O Governo precisa aproveitar esse ambiente favorável e dar sequência aos ajustes capazes de equilibrar as finanças públicas, desarmando assim a espiral inflacionária. Nesse sentido, não poderiam ter sido mais tranquilizadoras as afirmações do ministro de que os gastos governamentais serão congelados e de que a política salarial para o funcio-

nalismo não fugirá do balizamento imposto pelo orçamento federal.

O MINISTRO disse que o país só tem como opção o crescimento. De fato, é o desenvolvimento e não o paternalismo do Estado que pode acabar com a miséria, aquele estágio abaixo da pobreza em que se encontra parcela considerável da população brasileira. Portanto, é preciso que sejam retomados os investimentos privados — e os públicos, naquelas áreas limitadas de infra-estrutura onde a ação do Estado é insubstituível. O Governo tem nas mãos um poderoso instrumento mobilizador de poupança (interna e externa), que é o programa de privatização.

ATRAVÉS da desestatização, muitos projetos que estão parados ou se deteriorando pela incapacidade financeira do Estado podem ser assumidos por investidores nacionais e estrangeiros. E estes, até pela necessidade de defender seu novo patrimônio, terão de comprometer capitais para viabilizar os empreendimentos.

COMO chanceler, Fernando Henrique mantinha atitude cautelosa em relação à privatização, concordando, em parte, com a tese defendida por setores do PSDB de que as empresas

estatais precisariam ser primeiro saneadas para serem depois serem vendidas por preços mais elevados. No entanto, em suas primeiras declarações como titular da Fazenda, ele assegurou que vai acelerar a privatização.

A SUA nova área de ação costuma estimular reflexões sobre a distância entre o ideal e o possível. O Brasil não tem mais tempo a perder, e não restam ao Estado reservas de fôlego que permitam um cuidadoso e também demorado saneamento das companhias públicas. Além disso, o número de possíveis investidores, que hoje já é bem reduzido, tende a diminuir cada vez mais se a privatização avançar a passos lentos.

QUALQUER redução no endividamento interno decorrente da desestatização contribui para baixar as taxas de juros. Isso traz enorme economia para o Tesouro, abre espaço para gastos sociais, incentiva investimentos privados, diminui a pressão da inflação.

FERNANDO Henrique tem condições, por sua trajetória política, de dar um sentido pragmático ao programa de privatização, livrando-o da artificial disputa ideológica que hoje ainda ameaça paralisá-lo.